

# A QUESTÃO NACIONAL NO PENSAMENTO DE ALVARO VIEIRA PINTO: HISTÓRIA E ATUALIDADE

Luis Antonio Paulino<sup>1</sup>

**Resumo:** O Brasil passou por grandes transformações nas últimas décadas mas continuamos a ser um país pobre e cada vez mais desigual. O avanço do capitalismo gerou o progresso mas não garantiu justiça e muito menos a igualdade. Uma grande massa vive nas franjas do sistema econômico, com escasso acesso aos benefícios gerados pelo progresso do capitalismo global. Frente a tal quadro, o conflito social em torno da distribuição da riqueza não se manifesta por meio da luta de classes, no sentido clássico do termo, uma vez que a clivagem social mais relevante se dá entre integrados ou não integrados ao sistema. Este trabalho pretende discutir os desafios que essa nova realidade coloca para o processo transformação social no Brasil dialogando com as teses centrais do pensamento de Alvaro Vieira Pinto sobre a questão da ideologia do desenvolvimento nacional

## INTRODUÇÃO

O Brasil passou por grandes transformações nas últimas décadas mas continuamos a ser um país pobre e cada vez mais desigual. O avanço do capitalismo gerou o progresso mas não garantiu justiça e muito menos a igualdade. Estabeleceu-se, em nível global, um sistema de produção e consumo no qual um reduzido número de grandes empresas globais, operando em um reduzido número de localidades, produz para

---

<sup>1</sup> Luís Antonio Paulino é professor de economia internacional na Universidade Estadual Paulista – Unesp e diretor brasileiro do Instituto Confúcio na Unesp. Foi assessor especial do ministro da Fazenda (2003) e secretário-adjunto da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República (2004-2005). É conselheiro do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

um reduzido número de consumidores, concentrados em algumas ilhas de prosperidade espalhadas pelo mundo. Fora desse circuito, uma grande massa vive nas franjas do sistema econômico, com escasso acesso aos benefícios gerados pelo progresso do capitalismo global.

Essa massa excluída passa a viver numa espécie de mundo paralelo, por onde circulam os deserdados do sistema. O conflito social em torno da distribuição da riqueza não mais se manifesta por meio da luta de classes, no sentido clássico, uma vez que a clivagem social mais relevante se dá entre integrados ou não integrados ao sistema. A fratura na sociedade deixa de ser uma fratura horizontal, separando capitalistas de um lado e proletários do outro, ou nações ricas de um lado e nações pobres do outro, para tornar-se uma fratura vertical, que divide a sociedade de alto a baixo, pondo esses dois mundos um frente ao outro.

De um lado, os integrados ao sistema, dos magnatas, banqueiros, passando pela classe média, até uma parcela da massa integrada ao sistema, que “trabalha e ganha a vida honestamente”. Do outro lado, como a imagem de um espelho, estão os excluídos do sistema, vivendo uma espécie de simulacro do capitalismo global, um mundo de faz de conta, de serviços públicos falsos, onde há escolas, que não ensinam, há hospitais, que não atendem, há polícia, que não protege; de mercadorias falsas, vendidas em falsos estabelecimentos comerciais, improvisados nas calçadas nas barracas dos camelôs. Esses dois mundos vivem justados e são porosos. Um parte da massa, que vive no limite dos dois, transita de um lado para o outro conforme a conjuntura. Quando a economia vai bem e os empregos aumentam, quando a assistência social do governo funciona, os excluídos conseguem passar para o outro lado; quando a economia vai mal, o desemprego aumenta e o Estado se ausenta eles voltam à condição anterior.

As demandas políticas desses dois mundos são bem diferentes: o primeiro deseja sobretudo segurança, para poder desfrutar do que tem sem ser incomadado; o segundo deseja tudo o que o outro tem: emprego, terra, carro, comida, educação, saúde, lazer. Mas uma parte desse primeiro mundo, basicamente a classe média, sente que está

cada vez difícil manter-se nele: não se sente segura no emprego, paga impostos por serviços que não recebe. É uma espécie de sócia minoritária desse mundo de opulência. Mas aquela parte do segundo mundo, que vez por outra transita para o primeiro, também não é totalmente solidária às demandas dos totalmente excluídos e frequentemente os vê como inimigos.

A se dar ouvidos aos primeiros o governo deveria sobretudo investir em segurança e, com alguma parcimônia, em serviços públicos e programas sociais destinados exclusivamente aos pobres e miseráveis, para mantê-los em seu devido lugar. Estado de bem-estar social, à moda europeia do século passado, nem pensar: quem quer pagar mais impostos? A se dar ouvidos ao segundo, seria necessário não uma revolução socialista, mas uma nova Revolução Francesa. O que parece mais próximo disso, hoje, na América Latina, é a Venezuela de Chaves e a Bolívia de Evo Morales. Mas e o Brasil?

Uma saída “*a la Chaves*” no Brasil é impossível, porque a sociedade não é tão claramente dividida entre ricos e pobres. Há uma enorme classe média, ou que assim se considera, que me mesmo estando insegura do lado de cima considera que estaria em situação ainda pior se aliasse com o lado de baixo. Do outro lado, uma parcela do lado de baixo não tem a menor intenção, nem organização, nem capacidade para desbancar o mundo de cima; quer, na verdade, e com razão, apenas poder entrar e se manter nele. A questão que se coloca então é como levar adiante um processo de transformação social que leve em conta essas contradições do capitalismo moderno e as particularidades da sociedade brasileira. Qual o principal problema que precisa ser superado e em que forças se apoiar para fazê-lo? Seria a questão nacional o “elo” capaz de mobilizar as forças necessárias para romper e superar tal estado de coisas?

Nos parece que sim, pois, diferentemente do que propugna o programa socialista clássico, a questão não está posta em termos de um lado tomar o poder do outro. Não há nesse “lado de baixo” uma vanguarda capaz de conduzir os seus próprios destinos enquanto classe. Quando muito ter-se-ia um processo como o da Venezuela, onde um líder carismático empalma o poder e passa a falar em nome desse segmento da

sociedade. No Brasil, o presidente Lula de certa forma representa isso. A grande massa não se enxerga representada pelas forças políticas organizadas e vê em Lula uma espécie de seu representante direto.

Diante desse quadro, uma proposta nacionalista de desenvolvimento capaz de garantir principalmente à classe média que permaneça onde está, com seus empregos garantidos e a segurança necessária para viver com um mínimo de conforto e, aos de baixo, a possibilidade de acesso a esse “primeiro mundo” com emprego, moradia, saúde, lazer e segurança, nos parece com reais possibilidades de ganhar corações e mentes, e transformar-se numa “ideologia nacional de desenvolvimento”.

Sem prender-se a modelos, dado que as situações política, econômica e demográfica são muito diferentes, nos parece que, no mundo atual, quem adota um programa político semelhante é a China. Imaginar, porém, transformar-se numa “China com menos gente” seria uma grande ilusão.

Nos referimos, contudo, ao caso chinês apenas para mencionar o fato que o “desenvolvimento nacional” transformou-se na verdadeira ideologia das massas. Por trás do lema de Deng Xiaoping de que “*enriquecer é glorioso*” estava exatamente a idéia de que a todos seria possível ter acesso a esse mundo até então reservados para poucos.

Evidentemente, os chineses nunca tiveram a ilusão de as forças de mercado seriam capazes de conduzir esse processo com um mínimo de racionalidade. Aplicaram à risca a idéia de “o mercado é um bom servo, mas um péssimo senhor”. Em nenhum momento o Estado chinês abriu mão de conduzir o processo, sem contudo, sufocar as forças criativas desencadeadas pela iniciativa privada.

Nos parece, portanto, que seria viável aplicar um programa político com tal inspiração. Uma proposta de desenvolvimento nacional, não-autárquico, utilizando as oportunidades geradas pela globalização a favor dos interesses do país, onde o Estado não abrisse mão do papel de planejamento e, eventualmente, controle direto ou associado ao

capital nacional e estrangeiro, sobre segmentos que o setor privado nacional não fosse capaz de desenvolver.

No plano político, o Brasil tem uma enorme vantagem para viabilizar esse projeto. Não somos uma sociedade com tradições de lutas intestinas. A formação do povo brasileiro se deu muito mais pela integração de culturas e raças do que pelo confronto entre elas. Não há, enfim, no mundo, lugar em que a união de forças heterogêneas possa dar melhor resultado do que aqui.

Considerando a clara inspiração, nas idéias acima desenvolvidas, no pensamento de Alvaro Vieira Pinto em sua obra clássica, “Ideologia e Consciência Nacional”, este trabalho pretende discutir os desafios que essa nova realidade coloca para o processo transformação social no Brasil dialogando com as teses centrais do pensamento daquele autor, ou seja: 1) sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento; 2) a ideologia do desenvolvimento tem que necessariamente ser um fenômeno de massa; 3) o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas; 4) a idéia de desenvolvimento nacional, como processo orgânico, postula uma grau de unidade social em torno de uma ideologia nacional de desenvolvimento.

## **A ATUALIDADE DA QUESTÃO NACIONAL E O PENSAMENTO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO**

Segundo Mantuel, Ventapane e Freixo (2006:10), o regime instaurado em 1964 implantou um modelo econômico que procurou manter uma política desenvolvimentista, porém excludente e vinculada à lógica do capital internacional, que teve seu auge nos anos do milagre econômico brasileiro, no início da década de 1970. Dessa maneira, foi possível a modernização capitalista do Brasil, possibilitando uma acumulação interna, sem necessariamente passar pela questão da distribuição de renda e das mudanças das estruturas econômicas e sociais do país, colocadas pelas propostas nacionais-reformistas e pelos setores organizados antes de 1964. Segundo os mencionados autores, a luta contra

a ditadura militar e a longa e agoniada transição brasileira para a democracia tornaram difícil a tarefa de enxergar com nitidez as propostas contidas na frente de oposição ao autoritarismo.

O golpe de 1964 interrompeu o avanço nacional-democrático, colocando o país no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado no capital internacional e em ajuste com o sistema de poder mundial. Acelerou, assim, a dependência, travou o desenvolvimento e desarticulou a sociedade civil numa proporção nunca antes vista na história do Brasil. O governo Goulart, com as contradições inerentes aos projetos latino-americanos dos anos 1960, tentou, de alguma forma, acomodar a dependência com a autonomia, lutou para dar uma forma mais humana e civilizada ao capitalismo brasileiro.

A volta do Estado democrático, em 1985, com o fim do regime militar, colocou na ordem do dia o resgate da dívida social e a questão das liberdades democráticas, mas deixou para trás a questão do desenvolvimento enquanto projeto nacional. O nacional-desenvolvimentismo foi substituído pelo social-liberalismo. Se no projeto anterior, democratas e não-democratas se viam, frequentemente, na mesma trincheira, neste novo neoliberalis e socias-democratas caminham juntos. A expressão maior desse novo quadro é a ausência de alternativas de poder fora do eixo PSDB-PT.

O sistema mundial permanece uma economia mundial capitalista baseada em divisão dual de trabalho, trocas desiguais e sistema interestatal. Se considerarmos o que nos ensina Theotônio dos Santos (apud Mantuel, Ventapane e Freixo, 2006:14) para quem *“Marx sempre entendeu a formação do capitalismo como a dialética entre a economia mundial, como fenômeno independente, e o conjunto de economias nacionais em competição, apoiando-se em seus Estados Nacionais”* não há como deixar de colocar a questão nacional no centro da luta política da atualidade.

Para tal fato já nos apontava com propriedade o jurista alagoano Pontes de Miranda, em memorável ensaio de 1891, quando à pergunta “devemos ser nacionalistas?” assim afirmava:

*“...o socialismo dos proletários dos povos exploradores pode ser universalista e não-patriótico; mas o dos povos explorados tem que atender ao duplo problema: o da submissão do trabalhador ao capital e o do corpo social aos outros corpos sociais. Portanto, seria errôneo não associar ao movimento trabalhista de tais países o cuidado e o interesse pelos assuntos nacionais, pelo que poderíamos denominar o socialismo dos povos. Enquanto existir a opressão econômica e política entre Estados, entre nações, o socialismo dos oprimidos tem de ser nacionalista”* (Pontes de Miranda (1891) apud Cardoso, V. L. 1981:12).

Como afirmam Mantuel, Ventapane e Freixo (2006:15), *“O quadro político mais imediato parece esvaziado de sentido, com uma certa indiferença da população relativamente à política e ao processo de participação”*, pois, como afirmam os mesmos autores *“não há carisma sem projetos e reformas que venham a lhe infundir sentido e lógicas próprias”*. O Brasil, ao longo do século XX, foi se refazendo de crise em crise, tendo como eixo de rotação o embate entre o liberalismo econômico e a tentativa de construção de um Estado forte e intervencionista, que afinal impulsionou os ganhos sociais da sociedade brasileira na primeira metade do século.

Até a década de 1930 vigorava a tese de que o Brasil era um país sem povo. De um modo geral, os líderes nacionais que marcaram a história de nosso país, e permaneceram na memória, foram aqueles que fizeram o povo acreditar na possibilidade sonhar. Nos anos 1950, passava a ser construída uma nova categoria para pensar o Brasil e a América Latina – o subdesenvolvimento. O processo de desenvolvimento capitalista criou uma certa divisão internacional do trabalho com o objetivo de apropriar-se do excedente por ela gerado, causando uma apropriação interna de forma concentrada, anti-social e anti-democrática. O subdesenvolvimento não se constitui em uma “etapa” do capitalismo, mas é um processo originado da sua penetração em áreas atrasadas e pré-capitalistas.

A propósito de tais questões nos parece que as observações de Alvaro Vieira Pinto publicadas pela primeira vez, em 1956, na obra *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*, são bastante pertinentes.

Alvaro Vieira Pinto chama atenção para um conjunto de questões que pontuamos abaixo:

Segundo o autor, há, no Brasil, uma profunda incompreensão do papel das grandes e obscuras massas humanas que constituem o corpo nacional. Para ele, a proliferação quantitativa determina uma pressão ascendente das massas, que se traduz pelo ingresso de um número cada vez maior de indivíduos no que ela chama de área culturalmente iluminada da sociedade. Tal alargamento quantitativo da área de cultura é acompanhado por um movimento qualitativo de transformação da consciência.

Para ele, o caráter de incultas que se atribui às massas não coincide de modo algum com a ausência de consciência: *antes sofria, agora sabe porque sofre. Essa é a função da idéia*. O homem que possui uma idéia é ao mesmo tempo um homem possuído por essa idéia. Por uma lado, é o indivíduo que possui a idéia, e esse é o aspecto psicológico; mas, por outro, é a idéia que possui o indivíduo, e esse é o aspecto sociológico. Da interrelação entre os dois aspectos é que resulta o desenvolvimento histórico.

Para Vieira Pinto, *“toda mutação de cena, todo avanço histórico, é necessariamente produto das idéias que a cada instante do tempo humano são possuídas por um grupo social, e por isso mesmo inspiram certo projeto futuro”* (Vieira Pinto: 2006, p.74). O projeto é igualmente uma idéia, ainda não utilizada, mas pensada em função das representações atuais, e só possível em razão delas. Segundo o autor, não há liberdade de arbítrio na projeção do futuro, pois só tem significação, viabilidade, eficácia o projeto que decorre do que concebemos com sendo a realidade presente. Quando obtemos uma idéia clara do presente, afirma ele, vemos o que nela se contém potencialmente, permitindo-nos conceber o futuro como função imediata e contínua do



presente, com o que se elimina ao máximo o coeficiente de surpresa. Desse modo, a representação clara do presente engendra em nós, a título de projeto, a representação de um futuro imediato, naturalmente possível, por ser a consequência lógica do presente.

Para Vieira Pinto, o desenvolvimento nacional é um processo que não pode ser concebido como um movimento histórico casual, indeterminado, imprevisto, desordenadamente, sem legalidade interna, mas, ao contrário, temos que interpretá-lo como processo. O conceito de desenvolvimento como processo obriga-nos, desse modo, a pensa-lo sob a espécie de unidade. Para o autor, não nos é lícito permanecer na mera constação empírica das fases sucessivas do crescimento, pois só podemos interpreta-lo como processo se descobrimos a unidade que nele se espelha, unidade dinâmica, ou seja, concatenação de fatos segundo uma idéia unificadora, multiplicidade de situações interiormente relacionadas. Ou seja, não é possível preparar uma ação construtiva sem subordiná-la a um estrito critério de unidade.

Vieira Pinto destaca, contudo, que o desenvolvimento como processo, supõe unidade, a qual, porém, incorporando fatores livres, só se pode realizar pela soma de decisões voluntárias convergentes e, desse modo, a unidade passa a depender de uma resolução individual, pois o que determina a ação deliberada é a idéia presente na consciência de cada homem.

Desse modo, segundo o autor, a possibilidade superação da antinomia democrática, de promoção do desenvolvimento nesse regime político, depende da presença de idéias e do grau de claridade das consciências, pois o indivíduo passará a agir em função da idéia que o habita. Na medida, porém, em que essa idéia se opuser à idéia unificadora, segundo a qual é concebido um plano de desenvolvimento, ou dela simplesmente divergir, tornar-se-á um foco de resistência.

Para que a resistência seja reduzida é necessário, assim, que na consciência individual se instale, no lugar da anterior, uma nova representação, aquela que, por hipótese, contém a imagem justa da realidade nacional daquele instante, e portanto

permite a concepção do plano de desenvolvimento que os grupos sociais dirigentes pretendem realizar.

Como, porém, não há violência capaz de forçar a substituição de uma idéia por outra, só se chegará a conseguir essa substituição de uma idéia por outra, só se conseguirá essa substituição se a idéia que deve presidir aos processos de desenvolvimento for tal que, por si mesma, pelos seus caracteres lógicos, pela sua clareza, exatidão e força sugestiva, uma vez apresentada à apreciação individual, penetre na consciência de cada cidadão, dos que dirigem e dos que executam e passe a comandar sua ação. Ou seja, para que se torne possível, e depois real, a unidade imprescindível ao rendimento ótimo do processo nacional, é necessário que aquilo que em cada consciência privada é uma idéia seja socialmente uma ideologia, a ideologia do desenvolvimento nacional.

Para Vieira Pinto, a noção de desenvolvimento nacional, como processo orgânico, postula uma idéia diretora, aquela à luz da qual é o processo compreendido e interpretado, pois só quando subordinamos os fatos e o seu desenrolar a uma interpretação que, em última análise, decorre de um projeto, é que lhes damos consistência histórica. Para ele, o representar-se a si próprio como objeto, sabendo que tem em outro o seu sujeito, é a essência mesma do ser colonial.

A tese central de Alvaro Vieira Pinto é de que sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional. Desde o momento em que reconhecemos no crescimento nacional a existência de um processo histórico, a sua associação a um conteúdo ideológico é imediata. Todo processo histórico supõe uma idéia segundo o qual é compreendido, e portanto exige uma consciência na qual essa idéia é idéia. Não há, pois, ato progressivo algum que não postule uma idéia ou, afinal de contas, uma teoria.

Segundo Vieira Pinto, duas situações distintas podem ocorrer na etapa em que se ache uma certa comunidade nacional: ou as idéias diretrizes não estão articuladas em uma concatenação sistemática, mas se projetam em forma independente, ao sabor das iniciativas particulares desvinculadas e, neste caso o desenvolvimento do conjunto

assume um aspecto multiforme, caótico e imprevisível, ou a iniciativa criadora aceita um planejamento orgânico prévio, e se constitui em um conjunto regido por uma concepção diretriz. Somente neste último caso é possível falar-se de processo.

Desse modo, segundo o autor, só é possível conceber o desenvolvimento nacional como processo à luz de uma teoria interpretativa da realidade brasileira assim como só é possível projetar as etapas futuras do desenvolvimento se nos valermos dos conceitos gerais dessa interpretação. É imprescindível, desse modo, uma ideologia do desenvolvimento nacional. Contudo, uma ideologia é apenas o aspecto social daquilo que, no indivíduo, é a consciência de uma idéia.

Dai se deduz uma segunda tese: a ideologia do desenvolvimento tem que necessariamente ser um fenômeno de massa. A idéia de que o processo de desenvolvimento depende da ação de grandes individualidades, segundo Vieira Pinto, é apenas um devaneio romântico, vagamente ilustrado pela biografia romanceada de alguns grandes pioneiros. Uma ideologia do desenvolvimento nacional só revela plena eficácia quando o seu sustentáculo social reside na consciência das camadas populares.

A terceira tese, decorrente da anterior, é que o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas. Possuir uma idéia é privilégio de uma consciência. A constituição de uma ideologia é, portanto, um acontecimento social que depende estritamente do número de indivíduos em cuja consciência se instale a idéia. O processo de desenvolvimento está pois em função direta do esclarecimento da consciência popular, ou seja, tem uma velocidade proporcional ao número de indivíduos nos quais se efetua a transmutação qualitativa que os conduz do estado de consciência privada ao de consciência pública.

A quarta tese afirma que uma ideologia do desenvolvimento tem que proceder da consciência das massas. O que compete aos sociólogos, na ordem teórica, e aos políticos, na ordem prática, segundo Vieira Pinto, é fazerem-se arautos dessa verdade, recolhe-la

nas suas legítimas origens e interpreta-la com o auxílio do instrumento lógico-categorial que devem possuir, sem distorce-la, sem violenta-la, sem mistifica-la.

Um problema só existe, só tem sentido em função de um projeto anterior em um contexto lógico que o interpreta como tal, ou seja, so é problema em um sistema de idéias, que suscita, que serve para reconhecê-lo e dar-lhe possível solução. A categoria de unidade, que é uma das condições inerentes à noção lógica de processo projeta-se no domínio da ação como diretriz empírica determinando a seguinte regra na promoção dos planos de desenvolvimento: o processo nacional é um todo orgânico, o seu movimento é um só. Isso significa que por mais especializados que sejam os setores em que se situam os problemas, estes não podem ter soluções à parte. Todos os problemas são na realidade um só: o problema do nosso desenvolvimento, e, deste ponto de vista, é preciso conceber cada solução particular em função de um projeto geral.

Uma elite só pode ser autêntica se constituída por aqueles que forem os primeiros a compreender a nova consciência nacional. Não é mais no sentido da cultura refinada, do falso humanismo de tipo classicista, do beletismo improdutivo, que podemos falar de elites. Do fato de que ideologia implica a representação clara na consciência das massas, afirma Vieira Pinto, podemos tirar esta conclusão: só estarão credenciados para promover o desenvolvimento nacional aqueles que forem escolhidos pelas massas ou, noutras palavras, não pode haver solução política para os problemas brasileiros fora do voto popular. Significa que devem ser feitos todos os esforços para que as divergências em relação aos problemas nacionais sejam canalizados para as urnas e decididas pelo voto.

A análise ideológica do processo de desenvolvimento, segundo Vieira Pinto, elimina, por conseguinte, toda possibilidade de apoio a personalidades carismáticas, a salvadores iluminados por graças transcendentais ou parametrados por virtudes mais em grau heróico. É da consciência coletiva que devem emergir os promotores do desenvolvimento. Como se poderá promover o progresso da ideologia na consciência nacional, de que modo se difunde, por que meios é possível favorecer essa difusão. Enunciar esta questão é simplesmente formular o problema da educação das massas.

A ideologia do desenvolvimento, afirma o autor, não é simplesmente uma doação feita às massas populares, para que cada um absorva na medida da sua capacidade; ao contrário, é uma transmutação que se opera na intimidade do homem “em situação”, e de que resulta uma clarificação conceitual do seu “status” social e evolução histórica.

Dai decorre uma preocupação do autor, que nos parece bastante atual, de que necessário é imprimir um novo rumo à nossa educação a fim de orientá-la, sem compromisso com qualquer credo político, no sentido da ideologia do desenvolvimento econômico e social. Para ele, uma teoria da educação deverá surgir, cuja tarefa inicial será a de definir que tipo de homem se deseja para promover o desenvolvimento do país. A reforma a fazer terá de ser profunda. Consistirá, para ele, antes de tudo, em substituir os quadros educacionais inspirados por um humanismo hoje sem sentido, por outros que, ao contrário do que muitos pensam, não serão anti-humanistas, e muito menos anti-humanos, mas simplesmente representativos de uma nova concepção de humanismo. Deverá ser abandonado a preocupação de formar doutores e exegetas em coisas mortas, para que se possa constituir o humanismo do nosso tempo; que prezará fundamentalmente o conhecimento das ciências da cultura e da natureza, a posse de técnicas de exploração fecunda da realidade nacional e as artes que expressem o sentido original do homem brasileiro. Apresenta-se, assim, a educação como um aspecto da teoria do desenvolvimento. Para o Brasil atual, a educação é a difusão dessa ideologia. Conclui, finalmente, com a sábia observação de que não há que confundir o conceito de ideologia do desenvolvimento com quaisquer forma de partidarismo político.

## **A UNIÃO DAS FORÇAS HETEROGÊNEAS**

As idéias que Alvaro Vieira Pinto desenvolve no plano filosófico têm sua contrapartida, no plano histórico, naquilo que podemos considerar como uma característica essencial do processo de transformação social do Brasil, que é o que podemos denominar de “união das forças heterogêneas”.

A união de forças heterogêneas em torno de um projeto comum esteve presente em todos os movimentos de ruptura da História do Brasil, como a Guerra aos Holandeses, a Independência, a Abolição, a República e a Revolução de 30. Foi, no entanto, nos ciclos de grandes conquistas democráticas que a diversidade amalgamou-se em unidade transformadora da cena nacional. Nesses episódios, reuniram-se forças de diferentes interesses, cada qual com suas limitações e contradições peculiares, mas tendo como objetivo o desenvolvimento do País, seja pela modernização das relações de produção, seja pela troca do sistema de governo por um menos autoritário e centralizador. A Independência foi conquistada com um arco de alianças que ia do filho do rei, passando por oficiais portugueses, senhores de terra e proprietários de escravos e as camadas médias em ascensão, até os pés-rapados do povo, roceiros, vaqueiros, ex-escravos, que, como ocorreu na Batalha de Jenipapo, no Piauí, se juntaram à elite para desalojar os colonialistas. A Consolidação da Independência contou até com ajuda estrangeira, pois José Bonifácio contratou o almirante britânico Lorde Cochrane e o general francês Pedro Labatut para derrotar os comandantes lusitanos que permaneciam fiéis à Metrópole.

Na campanha abolicionista, expressam superficialmente a contradição das forças heterogêneas o senhor de engenho Joaquim Nabuco, antiescravista e monarquista, e fazendeiros do Partido Republicano Paulista que só aderiram à Abolição quando lhes pareceu inevitável, e ainda queriam ser indenizados pela libertação de seus escravos. Contudo, a República só foi possível com o decisivo engajamento dessa burguesia agrária de São Paulo, determinada a romper a camisa-de-força antifederativa do Império. Representantes de forças políticas tão contraditórias, como o fazendeiro aristocrata Campos Sales e o caboclo jacobino Floriano Peixoto, deram as mãos para instituir e consolidar as instituições republicanas. É um truísmo reconhecer que tanto a Abolição como a República padeceram de limitações, mas se efetivaram; os escravos foram libertados e o sistema de governo democrático foi implantado. Não fossem as alianças de setores tão diferenciados, provavelmente teriam demorado muito mais, sem garantia dos aprofundamentos que os radicais reclamavam.

Em 1930, uma nova classe dirigente em ascensão, a burguesia industrial, liderou a recuperação econômica do País travado pelo latifúndio e arrasado pela crise do capitalismo de 1929. O processo evoluiu na aliança com os trabalhadores, embora precária e instável, que se estendeu até 1954. No ciclo de 30 ocorreu uma das uniões mais desconcertantes de nossa História, o apoio do latifúndio à industrialização. Recuperada da crise, a oligarquia rural representada pelo Partido Social Democrático (PSD) revoltou-se contra a exploração a que era submetida pela chamada “burguesia compradora”. Aliada ao capital estrangeiro, esta pagava pouco pelos produtos agrícolas cuja exportação intermediava, e cobrava caro pelas máquinas e insumos que importava. Foi com o apoio do PSD que a burguesia industrial pôde montar fábricas de tratores e insumos agrícolas. Nos episódios de restauração democrática, o dos anos de 1980 em especial forjou a ampla Aliança Liberal com participação da oposição histórica e de dissidentes do governo militar, pois decididamente a primeira não tinha força para conduzir sozinha a delicada (e muito bem-sucedida) transição para o regime de liberdades democráticas tão sólido que hoje desfrutamos.

Em todos esses movimentos irromperam, como era natural e saudável, propostas radicais, de aprofundamento ou da democracia ou da expansão das forças produtivas. Se na Independência o grupo de Joaquim Ledo quis ir muito além do realismo político de José Bonifácio, na Abolição destacaram-se os partidários da violência para a libertação dos escravos, como Silva Jardim e Lopes Trovão. Os jacobinos quiseram aprofundar a isonomia republicana, e os tenentes de 1930 insistiram em dismantelar o poder oligárquico que dominava o País desde os primórdios da República Velha. Em 1964, segundo o historiador Néelson Werneck Sodré, “os mais esquerdistas sonhavam que estavam na Rússia de 1917.” A História não lhes tirou a razão, mas lhes negou a oportunidade.

Ocorre que as peculiaridades da formação social brasileira e as correlações de forças em conjunturas de confronto apontaram, e ainda apontam, para a centralidade da Questão Nacional – um movimento político congregador que se pactua acima dos

interesses de classe específicos e antagônicos, para compartilhar um Projeto Nacional de defesa do desenvolvimento do País.

A história das mudanças na sociedade brasileira mostra que, com todas as dificuldades de organização e limitações de resultados, a unidade das forças alinhadas com o interesse nacional é ferramenta para a solução dos graves problemas do Brasil. O líder chinês Deng Xiaoping nos deu a lição ao dizer que “não importa a cor do gato, importa que ele cace ratos.”

Se há uma miríade de roedores minando o tecido social do Brasil, é a trincheira da unidade nacional que pode reunir diferentes contingentes diferentes para reagir ao desmantelamento do País e superar os problemas de seu povo. Como temos repetido em moto-contínuo, qual um monge canta um mantra, podemos aperfeiçoar a fórmula tão brasileira de conjugar correntes ideologicamente assimétricas, que, sem abdicar de seus ideários próprios, alinham-se num programa comum que isoladamente não teriam fôlego para executar.

O povo, tomado da consciência nacional, é o protagonista desse processo, mas a grande tarefa é reunir em defesa do Brasil os empresários identificados com os interesses nacionais, sobretudo os do setor produtivo, mas também o capital financeiro de vocação desenvolvimentista; as camadas intermediárias que desde a Independência desempenham papel progressista em nossa História; as correntes religiosas afinadas com a multidão de fiéis deserdados do reino deste mundo; as Forças Armadas; os movimentos sociais; os sindicatos; a universidade.

Há etapas históricas e tarefas urgentes para completar ou implementar, a começar da extinção da desigualdade abjeta que desumaniza grande parte da população. Nenhum homem de bem pode dormir em paz sabendo que a seu lado multidões padecem de sede e fome, não têm escola, assistência médica, lazer, vivem num presente de trevas e sobrevivem um futuro de sombras, não se desenvolvem como seres tomados de razão e espiritualidade, para seguir na Terra a grande aventura do “humanismo real” de que falou o filósofo Karl Marx.



Urge tecer o pacto nacional que propicie ao Estado e à Nação condições para resolverem deformidades como as das metrópoles; enfrentar o crime organizado e seu braço mais deletério, o narcotráfico; recuperar a infra-estrutura do País, sobretudo estradas e portos e a geração de energia; melhorar os serviços de saúde e educação e cultura; deslindar o problema da terra. A unidade pode nos viabilizar, também, as reformas de que tanto necessitamos, começando pelo Estado, para torná-lo de fato republicano; uma repactuação tributária; uma reforma política que fortaleça e aprofunde a democracia. Temos de acelerar nossa capacitação tecnológica para concorrer num mundo em que o conhecimento avança e se reproduz imediatamente em benefício de quem o detém. Em conjunto, podemos formular uma política econômica que sirva aos interesses nacionais, gerando desenvolvimento, emprego e renda, com resultados positivos para a população, que fortaleça a economia local na sua interdependência com o mundo, e consolide a soberania da Nação em todos os campos.

Em rigor, precisamos de um novo tipo de soberania, a soberania prospectiva do futuro. Se o futuro nada nos promete, com que ânimo cuidaremos do presente? O futuro está num projeto próprio de Nação, integrado ao fluxo internacional mas independente no desejo e democrático nos resultados. É possível evitar a adesão automática à cartilha da globalização, concentracionista de poder e riqueza. Há espaços para relacionar-se com ela num ambiente de disputa e cooperação. Disputa na defesa de nossos interesses; cooperação na construção multilateral – como aliados históricos que somos de tantos países importantes – de um mundo melhor, em que nosso povo também seja beneficiário do progresso.

A cartilha que nos serve é a outrora usada pelos países mais desenvolvidos, hoje reunidos no G7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Canadá e Reino Unido). Nenhum deles se tornou rico e forte sem usar ou abusar das práticas que agora vedam aos emergentes, como proteção da indústria nascente, subsídios e controle da transferência de tecnologia. Países que cresceram depois, como Coreia e China, não seguiram o brevíário constrangedor e engessador formulado pelas nações ricas e

difundido pelas organizações multilaterais a serviço delas, como o Banco Mundial e o FMI.

A Questão Nacional é portanto uma contra-revolução, na medida em que a globalização agiganta-se num processo revolucionário como um furacão transformador. Com um Projeto Nacional faremos a diferença num ambiente em que se aprofunda a desigualdade dos países.

## **BIBLIOGRAFIA**

CARDOSO, V. L. **À Margem da História da República**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MANTUEL, O., VENTAPANE, J. e FREIXO, A. **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Contraponto, 2006.

MIRANDA, P. “Preliminares para a Revisão Constitucional” in CARDOSO, V. L. **À Margem da História da República**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

VIEIRA PINTO, A. **Consciência e Realidade Nacional**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

VIEIRA PINTO, A. “Ideologia e desenvolvimento nacional” in MANTUEL, O., VENTAPANE, J. e FREIXO, A. **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Contraponto, 2006.